

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM O PROFESSOR ANTÓNIO TEODORO

Professor Catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa. Diretor do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), da Universidade Lusófona. Vice-Presidente do Comitê de Investigação de Sociologia da Educação (RC04) da Associação Internacional de Sociologia (2006-2014). Co-fundador do Instituto Paulo Freire, de Portugal. Coordenador da Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas de Educação (RIAIPE). Fundador da Seção de Educação Comparada da Sociedade Portuguesa de Educação Comparada (SEC-SPCE). Membro do Comitê Europeu da Confederação Mundial das Organizações da Profissão Docente, CMOPE/WCOTP (1988-1992) e do Comitê Europeu da Internacional de Educação (1993-1994). Inspector-Chefe do Ensino Primário (1974-1975), membro do Conselho Nacional de Educação (1988-1994). Consultor do Conselho de Ministros para os Assuntos da Educação, Formação, Cultura e Ciência (1995-1999). Diretor da Revista Lusófona de Educação e membro do Conselho Editorial de dezenas de revistas em Portugal, Brasil, EUA e França. Foi membro fundador do movimento sindical docente, Presidente da Direção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (1979-1989) e Secretário-Geral da Federação Nacional dos Professores, FENPROF (1983-1994).

Entrevista Concedida à Andréa Barbosa Gouveia¹, Marcos Ferraz², Rosa Serradas Duarte³ e Aline Chalus Vernick Carissimi⁴ no âmbito do projeto de pesquisa "CNTE, FENPROF e as disputas da política educacional: a luta de professores brasileiros e portugueses no período democrático recente"/ CNPQ Edital Universal 1/2016.

1 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Paraná, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Pedagogia. Presidente da ANPEd, na gestão atual. Email: andreamg@ufpr.br

2 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra- Portugal. Professor da Universidade Federal do Paraná. Email: ferrazmarcos@uol.com.br

3 Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Lumière – Lyon2 – França. Professora Associada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Subdiretora do Doutorado em Educação da ULHT e Co-coordenadora do Mestrado de Educação Especial. Investigadora do Centro de Estudos e de Intervenção em Educação e Formação da ULHT. Email: rosaserradas@netcabo.pt

4 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Tecnologia de Curitiba (FATEC). Professora de ensino superior, na graduação e pós graduação lato sensu. Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Email: alinevernick@hotmail.com.

O sistema educacional em Portugal apresenta um contexto de organização nacional, ou seja, a educação é gerida por um sistema de ensino nacional, a partir de diretrizes do governo central. A carreira dos professores portugueses é regida por um estatuto único para educadores de infância (ensino pré-escolar), professores do ensino básico, ensino secundário e superior, que é válido em todo território nacional.

Diante dessa disposição do sistema de ensino português, observa-se que tanto o sindicalismo docente quanto a organização da carreira apresentam especificidades quanto ao seu arranjo e organização sindical em relação aos modelos brasileiros.

Em Portugal os professores se organizam a partir de uma perspectiva de pluralidade sindical, com diferentes entidades que representam desde os professores/educadores de infância (docentes da educação infantil), ensino básico (ensino fundamental), ensino secundário (ensino médio) até os docentes do ensino superior, tanto do serviço público como da iniciativa privadas.

Para compreendermos melhor a constituição do sindicalismo docente português trazemos nesta edição uma entrevista com o professor António Teodoro, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ex-dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) de 1979 a 1989 e da Federação Nacional dos Professores de 1983 a 1994 (FENPROF).

A narrativa do entrevistado sobre a gênese do sindicalismo docente português nos permite aprofundar análises sobre a composição política das entidades representativas do magistério e a ação sindical portuguesa ao longo do tempo. A organização dos professores no contexto ditatorial Português e as marcas desta gênese na trajetória dos sindicatos nos convida a refletir sobre a importância da luta social pela democracia no caso específico no país lusófono, mas também no caso brasileiro.

Entrevistadores: Gostaríamos que você nos apresentasse ao nascimento da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) ao público brasileiro.

António Teodoro: Vamos então situar. A FENPROF (Federação Nacional dos Professores) é criada em 1983, mas é fruto de um processo que remonta a criação dos sindicatos pós revolução de 25 de abril e que tem no centro um processo de divisão sindical que se acentua a partir de

1979. Portanto, a FENPROF representa uma corrente sindical que esteve, e milita ainda hoje, na origem dos sindicatos criados com a implantação da democracia e que vem de um movimento social dos grupos de estudo⁵ que desde o início dos anos de 1970 estão na gênese daquilo que são os sindicatos dos professores criados logo após o movimento militar.

Entrevistadores: Como é que ela se organiza em relação aos professores nas escolas, qual é a estrutura da FENPROF, como é que a sua participação Inicial na federação?

António Teodoro: No próprio 29 de abril, quatro dias depois, aqui em Lisboa, no caso concreto, dia 2 de maio, e eu digo que é fruto desse movimento porque é criação dos sindicatos dos professores em Portugal.

Após a revolução, a organização dos sindicatos, assentou-se em alguns princípios: o primeiro o de serem sindicatos únicos, ou seja, representar desde a educação pré-escolar até o ensino superior e representar tanto o público como o privado. O privado tinha uma expressão relativamente reduzida, cerca de 8% das matrículas nacionais, variando de acordo com os graus de ensino, por exemplo, o ensino superior era 0%, a Universidade Católica só tinha sido autorizada a ser constituída em 1973, mas que nem alunos ainda tinha, não havia ainda ensino superior privado, praticamente, a não ser pequenas instituições como o Instituto Superior de Psicologia aplicada, o Instituto Serviço Social, mas eram instituições ligadas a Igreja em áreas onde o Estado não existia, portanto a percentagem de estudantes era muito baixa. Portanto, sindicatos únicos.

A segunda característica, sindicatos regionais que resultavam, por que regionais? Porque aceitavam organização sindical que tinha uma forte presença de uma democracia direta, representativa com a eleição de delegados, aquilo que eu chamo de delegados sindicais, representantes de escola; mas com um peso muito grande das chamadas assembleias gerais com plenários de professores onde a democracia di-

5 Durante a ditadura portuguesa, denominada Estado Novo, os professores da educação pública proibidos de organizarem-se em sindicatos fundam Grupos de Estudo que primeiro agregando professores eventuais e provisórios, mas que ao longo dos anos de 1970 passam a ser espaço de discussão e organização das escolas de educação básica. Para entender a gênese dos grupos de trabalho ver por exemplo RICARDO, M M C O professor como Construção de uma Identidade Associativa dos Professores no Período do Estado Novo (1971-1974). In: DUARTE, R. S.; RICARDO, MM C; SILVA, ML Percursos do Associativismo e do Sindicalismo Docentes em Portugal 1890-1990. Lisboa: Editora Lusófona, 2013.

reta se exercia. Portanto, os sindicatos constituídos após 25 de abril são sindicatos regionais, únicos, por abranger professores e educadores de infância.

Essa organização nomeadamente para efeitos de negociação implicava uma coordenação nacional e, portanto, desde os início do movimento sindical se procurou essa coordenação nacional que normalmente se realizava naquilo que se chamava de reuniões nacionais dos sindicatos dos professores. As divisões políticas e sociais que se verificavam no decorrer do processo revolucionário e de democratização da sociedade portuguesa tiveram profundas marcas também na organização sindical. Os sindicatos dos professores, os impulsionadores, da constituição dos sindicatos vinham de movimentos que desenvolviam na sua atividade antes da revolução, eram em geral constituídos por forças mais ativas da oposição democrática portuguesa e nessas forças mais ativas estavam 3 grupos relativamente grandes e consolidados.

Um grupo com maior peso e intervenção, estou a me referir aos comunistas organizados ou próximos em geral ao Partido Comunista Português; os socialistas, sobretudo os socialistas mais à esquerda que tinham participado nomeadamente dos movimentos conhecidos como CDE e os católicos progressistas aqueles que se tinham afastados da posição da igreja nos anos 1960 e 1970 e que tinham posições de críticas ao regime do Estado Novo e a defesa da descolonização e independência das colônias portuguesa e tinham nomeadamente as questões da justiça social e da luta contra as desigualdades, posições muito abertas e muito francas, próximas das posições de comunistas e socialistas. Isso foi o núcleo inicial, mas vieram depois toda a massa de professores nomeadamente com posições liberais que participaram num jogo democrático e, portanto, depois, a partir de sobretudo de 1976, 1977, vários destes sindicatos tem direções que não correspondem àqueles que tinham lutado antes do 25 de abril e que tinham constituído os sindicatos. O maior dos sindicatos, o chamado Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), que é desta grande região, os fundadores dentre os quais eu estava, eu nessas eleições não participei, mas o grupo perdeu as eleições para o grupo maoísta que era fundamentalmente constituída por socialistas, mas liderados por uma corrente trotskista-lambertista. São aqueles que eram trotskistas que defendiam a entrada dentro de grandes partidos para, a partir daí, exercerem influência. Essa direção do sindicato quase à sua destruição, perdeu sócios e receitas, e que depois

foi substituída por uma espécie de geringonça antes do termo para os afastar.

Entrevistadores: Isso já são os anos de 1977,1978...

Antônio Teodoro: Sim 1977, depois 1978, depois essas datas têm que ser confrontadas com os documentos. Depois houve uma eleição, que foi aquela que eu fui presidente da direção. Eu tinha 29 anos, com uma lista muito jovem, muito coesa, muito combativa, em que voltamos à velha fórmula de um núcleo comunista, com vários companheiros de luta, com católicos progressistas, com a esquerda do partido socialista que ganha as eleições em 1979.

Noutras regiões do país, norte e centro, foi o partido tipicamente português que é o PSD (Partido Socialista Democrata), mas que é um partido liberal e de centro de direita e que tinha entre seus militantes nomeadamente, uma muito conhecida com larga intervenção pública, Manuela Teixeira, que era a presidente do sindicato dos professores da zona norte e no centro, que tinha também a sua influência.

Essa situação manteve-se até o final dos anos 1970, com tentativas ao mesmo tempo de manter a unidade do movimento sindical fazendo com que os sindicatos de professores não pertencessem a nenhuma das centrais sindicais, porque também tinha havido uma divisão à nível das centrais sindicais com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) intersindical nacional que entrou no 25 de abril de alguma forma, mas com a criação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), salvo erro, em 1977,1978, o que acontece é que os sindicatos dos professores foram liderados pelos PSD e socialistas, mais à direita e minoritários, esses sindicatos se filiaram no UGT e decidem mesmo, depois com apoio até de uma organização internacional da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) que realiza uma grande conferência em Lisboa, salvo erro, em 1979, criar na linguagem sindical, de sindicatos paralelos, portanto, outro sindicato na mesma região, que é o caso de Lisboa e Sul onde eles não tinham presença e não conseguiriam ganhar eleições.

Isso criou uma situação nova, e nomeadamente, põe um grande problema aos sindicalistas à esquerda e particularmente aos comunistas que sempre se tinham combatido contra aquilo que designavam de sindicatos paralelos que tinham sobretudo surgidos na UGT quando houve a divisão sindical. Mas também pelas regras próprias dessas organiza-

ções era praticamente impossível ganhar as eleições no centro e no norte, portanto este processo vai se mobilizar e vai conduzir que em 1982 e 1983 apareça a federação nacional, neste caso, a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP), atual Federação Nacional de Educação, e depois, em 1983, FENPROF, com processos de constituição distintos que correspondem a tradições sindicais distintas.

A FNSP aparece numa reunião de sindicatos quase normal e a federação nacional dos professores, a FENPROF, aparece num grande congresso com centenas ou milhares de delegados de todas as escolas, com a presença institucional até do Presidente da República com um processo que vem debaixo para cima e correspondente, digamos, ao movimento social, portanto, FENPROF, é pois, fruto dessa situação.

Nunca houve até o final dos anos 1980 nenhuma medição de representatividade, a primeira medição é feita num estudo sociológico sobre a condição dos professores em Portugal conduzido por um sociólogo que depois foi reitor da Universidade Católica, um senhor bem de direita por acaso, Braga de Cruz, em que nessa sondagem que é realizada por este estudo atribui a FENPROF 69% da representatividade dos professores sindicalizados, contra 17, 18% da FNE, e depois as demais outras divisões.

Esta é a primeira grande divisão sindical, desigual, que hoje se mantém, mas depois existem outras formas de divisão, tem aliás um texto que publiquei inicialmente num encontro ibérico, mas tem depois um estudo com o aparecimento plural de ensino e também com um grupo que inicialmente estava na FENPROF, ou não sindicalizado, do ensino superior, o aparecimento do sindicato nacional do ensino superior com o argumento de que a atividade sindical era sobretudo forte nos ensinos básico e secundário e portanto, o ensino superior exigia ter uma presença e uma representação que não era possível diluída num sindicato e federação única como tinha sido desenhada depois do 25 de abril.

Portanto hoje, há uma pulverização muito grande de organizações sindicais de pesos muito distintos, que tem todavia uma característica muito diferente do que se passa na Europa e muitas regiões da América Latina, hoje mantem-se taxas de sindicalização muito elevadas, tendo em conta sobretudo, que os sindicatos dos professores começaram com uma sindicalização zero, não como outros sindicatos onde num regime corporativo a sindicalização era obrigatória, começaram sem, para os valores que tem atualmente, os sindicatos dos professores começaram do zero para os valores que tem atualmente, estima-se que

50% a 60% dos professores estão sindicalizados, dos quais continua a se considerar que a FENPROF continua aí com uns 60% a 70% de representação nesse conjunto global.

É um pouco esta a situação do mapa que tem de ser analisado sempre, recorrendo a historicidade dos processos, portanto, é compreensível a situação portuguesa recorrendo a essa história e essas raízes que obviamente agora começam aparecer outros fatores, porque essa geração que constituiu o sindicato dos professores está a reformar-se, portanto a sair da atividade do centro, e as novas gerações não foram, não participaram neste processo de construção e provavelmente introduzem dinâmicas distintas incluindo a organização dos sindicatos.

Entrevistadores: Antes de passar para a relação com a questão política educacional queria que você falasse um pouquinho desse perfil de filiação, se há estudos ou percepção em relação a diferença entre gerações isso impacta a filiação no sindicato dos professores, no sentido que a filiação marca a maior ou menor entre os professores mais velhos ou maior ou menor entre os professores mais novos?

António Teodoro: Eu não tenho dados que possa apresentar. Existem dois estudos globais, depois existem alguns trabalhos de doutoramento, pouquíssimos, eventualmente, alguns de mestrado com grupos restritos de escolas, regiões, etc., alguma informação.

Os dois estudos que existem, e que estou a me referir, é o relatório Braga da Cruz que é um estudo construído a partir de um *survey*, no Brasil vocês dizem *enquete*, representativo de professores. E um estudo que nunca foi publicado nas suas formas globais, mas que correspondeu a um projeto Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), em que nós participamos, eu participei, que foi conduzido por um sociólogo do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Allan Stoleroff, que tem alguns dados, bastantes dados, e tem um outro artigo produzido, mas o relatório global não existe.

Aquilo que lhe posso dizer é assim, que, como hipótese, há que resulta sobretudo no contato com muitos professores e, no meu caso, com aqueles que vem fazer pós-graduações, é que há mudanças de culturas geracionais, que permitem, ou que podem permitir, formas de estar na profissão diferentes e de olhar as organizações sindicais diferentes. Mas isso tem que ser visto nos últimos anos frutos mais até das políticas públicas, do que até talvez das orientações sindicais, houve até

um acréscimo de coesão da profissão, sobretudo no grande movimento, porque talvez o maior movimento da história, talvez não conheça no nível mundial algum que se compara, que é a reação que os professores portugueses tiveram com a ministra da educação do Partido Socialista do governo de Sócrates, Maria de Lurdes Rodrigues, com manifestações que são históricas em todo o mundo. A própria polícia reconhece que tinham mais de 100 mil pessoas na rua.

Nossa profissão tem 120 mil professores, portanto, ou seja, algo que uniu todas as organizações, qualquer que fosse seu espectro político, portanto esses movimentos permitiram aos sindicatos uma nova centralidade e permitiram provavelmente reforço de sindicalização.

Agora as formas de socialização são muito diferentes, a cultura da minha geração foi uma cultura de participação coletiva, de um movimento sindical muito ancorado na tradição da FENPROF, na vida das escolas, muito ancorado, que é muito diferente no Brasil, numa concepção de que tudo que diz respeito aos professores, diz respeito aos sindicatos, isto é, com uma participação muito ativa, nos debates de política educativa, incluindo nas questões de natureza pedagógica, etc., e no caso da FENBPROF, acredito que até hoje, procurando desempenhar um papel progressista de ligação entre a parte mais progressista da academia, das universidades, e a ação sindical.

Isto é, grande parte dos professores tem práticas pedagógicas muito conservadoras e tem práticas pedagógicas muito elitistas e normalmente olham as novas camadas que ascendem à educação como uma diminuição da qualidade, e outras coisas, e portanto, iam ao movimento sindical, durante muito tempo, com uma aliança muito grande com nomes que vocês conhecem, como Antônio Nóvoa, Licínio Lima, Almerindo Janela Afonso, Steve Stower, Luiza Cortesão, Ana Bente, antes com Rui Gracio, Rogerio Fernandes, uma aliança muito grande no sentido de ligar visões progressistas da escola a um trabalho que Freire chamaria de conscientização, não apenas na defesa de seu salário, da condição de trabalho, mas também no trabalho de emancipação dos seus jovens, seus estudantes. E aí os sindicatos, pode se dizer em geral, pelo menos até os anos 2000, os sindicatos da FENPROF desempenharam um papel progressista e levando mesmo atrás os próprios partidos de esquerda, os partidos de esquerda em geral não tem política de educação próprias e vão buscar sobretudo no movimento sindical muita de sua posição política.

Mas a criação desse espaço, que se vocês forem fazer um trabalho empírico, de ver o número de conferências, as pessoas que participavam dessas conferências, os convidados, etc. verão essa articulação entre o movimento social e uma visão de uma escola progressista, não apenas no sentido do acesso de todas as camadas sociais e também da valorização da pedagogia de Freinet, de valorização de todas as formas de inovação que permitam uma escola mais inclusiva e radicalmente mais democrática, o que não é muito fácil porque o pensador conservador e as práticas conservadoras dos professores são muito arraigadas em muitos setores.

Outra questão também, que às vezes quando eu participei, uma ou duas vezes na Rede Aste⁶ sublinhei, que há uma diferença muito grande relativamente à ação sindical no Brasil que é o seguinte: o modo de fazer sindicalismo em Portugal é muito diferente do brasileiro, em Portugal e na Europa, logo por razão de natureza legal.

Como vocês sabem a greve se define por um corte de relação com o empregador no período em que a greve existe, e o corte dessa relação implica automaticamente na perda de salário que é uma coisa que não acontece nas greves brasileiras, portanto, quando um trabalhador em Portugal, público ou privado, faz greve, nesse dia não tem salário, isso obriga que as greves tem durações muito limitadas, e a greve, aparece como não primeiro, mas o último dos recursos, o que obriga uma ação sindical que seja muito gramsciana, muito na busca de hegemônias, e hegemônias do pensamento e sobretudo da representação pública que se tem sobre essa ação.

Essa reflexão, pelo menos no tempo em que eu estive e a Rosa Serradas esteve, na direção sindical, era uma reflexão de que uma greve só tem condições de êxito, quando temos a maior parte da opinião pública, que em primeiro lugar são pais, os encarregados de educação, do nosso lado, do lado dos professores. Onde uma parte da grande mídia está favorável a nós, porque uma greve que esteja favorável ao poder político até onde que convém alongar essa participação? E, portanto, essa busca de uma hegemonia, de ganhar influências, junto a setores importantes da comunicação social, da opinião pública, da opinião publicada, obriga uma ação sindical que é predominantemente comunicativa.

6 Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE)

E que é predominantemente comunicativa não só sobre as questões corporativas, do salário e da carreira, mas tem que ser sobre outras questões também. Mas que as questões do salário e da carreira, sejam entendidas não como um privilégio, mas como uma condição da educação pública de qualidade.

Essa dimensão, foi uma dimensão que tornou os próprios sindicatos protagonistas ativos, penso que a tese de doutoramento da Rosa Serradas foi um pouco isso.

Quando fui líder ativo, o líder era tão ou mais conhecido que qualquer Ministro da Educação, porque era impensável na época uma lei de Assembleia da República, do parlamento ou do governo, que viesse a ser tomada que não tivesse o contraponto de qual era a nossa opinião, o que obrigava os sindicatos a construção de uma opinião coletiva sobre formação de professores, sobre gestão das escolas, sobre modelos pedagógicos da organização e etc.

Neste sentido, isso obriga a uma situação que é a construção de agendas de baixo pra cima e não de cima pra baixo, ou seja, a grande diferença, e agora por vosso projeto e menos por minha hipótese de trabalho, é que normalmente as agendas dos sindicatos do Brasil, são as agendas do grupo que ganha o sindicato e que, portanto, depois vai buscar construir, fazer sua ação, a partir da agenda que tem o grupo do PT, do PCdoB, de não sei quantos, é que embora, obviamente as pessoas tenham sempre sua posição política, este trabalho obriga uma construção mais de baixo para cima, ou seja, quando eu construo uma posição sobre a formação em serviço dos professores, eu tenho que ir fazer pontes entre gente que as vezes até politicamente está nas antípodas mas que naquela dimensão se constrói uma síntese capaz de denunciar e interagir.

É por isso que uma profissão como esta, a FENPROF durante muito tempo e ainda hoje tem uma fortíssima influência à esquerda, tem uma representação muito melhor do que uma representação eleitoral, porque em geral, foi construindo posições que envolve muito mais gente do que aquela que por representação política estaria lá diretamente.

Este exercício é um exercício muito complexo, não isento de contradições, mas que tem a ver com a historicidade dos processos. As origens da FENPROF, e dos sindicatos, são origens de um movimento muito amplo de contestação de uma ditadura, onde as questões de construção de uma democracia a partir das escolas esteve muito presen-

te, e portanto acentuada por uma ligação que ainda se mantém, embora mais perto, entre a parte da ação do movimento social com a parte mais progressista da academia, que permite sínteses interessantes e buscas permanentemente de processos de negociação, de entendimento, de crítica, destes processos, era isso que vocês, provavelmente, outras pessoas podem entrevistar, estou a pensar em pessoas como Licínio Lima, Antônio Nóvoa, que muito de sua notoriedade resultou também dos convites que nos anos 1970 e 1980 sistematicamente lhes eram feitos para estarem, para superarem as barreiras do contato, com as grandes massas de professores, notadamente,, que quem é o universitário, o acadêmico, não tem com suas teses e suas pequenas conferências, etc, etc.

Entrevista concedida em maio de 2018 na Universidade Lusófona.

Recebida: junho/2019

Aceita: julho/2019